

PASTORAL DA Terra

8M

Mulheres em luta:
regionais da
CPT realizam ações
no 8 de março P5

DIREITOS HUMANOS

Acordo de Cooperação
é assinado entre CPT
e Defensoria Pública
da União P6

JANEIRO A MARÇO DE 2023 | Nº 258 | ANO 48 | WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR | f @ t v @CPTNACIONAL 

SOLIDARIEDADE

Dai-lhes vós mesmos de comer: 'Fome' é tema da Campanha da Fraternidade 2023

Cerimônia de lançamento da CF 2023 marca início da quaresma e convoca a população a refletir sobre o tema "Fraternidade e Fome" P8e9



DA REDAÇÃO

EDITORIAL

Novo Pastoral da Terra, mesmo compromisso

É com alegria que apresentamos a primeira edição do ano do nosso jornal, agora com um projeto gráfico reformulado. Como novidade, também reduzimos as edições, passamos de cinco para quatro, com a especial dos Conflitos no Campo Brasil. Ainda assim, mantemos o nosso compromisso de oferecer um conteúdo com informações relevantes sobre a realidade do campo brasileiro.

Nesta edição temos como conteúdo principal,

nas páginas centrais, um texto sobre o início da Campanha da Fraternidade 2023, que convoca a população à expressão de comunhão, conversão e partilha a partir do tema “Fraternidade e Fome”. No país que é um dos maiores produtores de alimento do mundo, mais de 33 milhões de pessoas estão em situação de fome.

Também trazemos em destaque as ações dos regionais da CPT para o 8 de março, Dia Internacional de Luta

das Mulheres, reforçando o nosso engajamento na luta feminista e no enfrentamento às violências e opressões de gênero, especialmente as que atingem os corpos-territórios de mulheres camponesas.

Porém, nem tudo são boas notícias. Infelizmente, já no primeiro mês de 2023, Rondônia registrou três assassinatos de camponeses, casos noticiados nas páginas seguintes. Além disso, esta edição apresenta as discussões em torno do planeja-

mento da próxima edição da publicação “Atlas de Conflitos Socioterritoriais na Pan-Amazônia”, em reunião realizada na Colômbia.

Na editoria Experiência, divulgamos a vivência da CPT Xinguara, no Pará, em visita a comunidades para o lançamento da Campanha Contra a Violência no Campo. O texto revela como a luta pela terra e direitos humanos é fundamental para a garantia de uma vida digna para quem vive no campo.

Com uma proposta editorial cada vez mais engajada e comprometida com os povos do campo e com a justiça social, seguimos firmes na luta!

PUBLICAÇÕES



Divulgação

entanto, duas cenas históricas, nesse início de ano, revelam que o contexto é muito mais complexo e desafiador do que muitos analistas e historiadores poderiam inferir.

As invasões criminosas de grupos extremistas nas casas dos Três Poderes em Brasília e o revelado projeto de morte e genocídio pelo governo Bolsonaro dos povos originários Yanomami, no qual morreram mais de 500 crianças nos últimos quatro anos por falta de acesso básico à saúde e a situação de fome, ou seja, por causas evitáveis.

Acesse em revistacasa-comum.com.br

Revista Casa Comum - 4ª edição

A 4ª edição da Revista Casa Comum, primeira de 2023, carrega o dever histórico de falar sobre o cenário pós-eleições e a perspectiva da democracia com a vitória de Lula. No



Divulgação

Relatório Caminho Sinodal LGBTQIAP+/Famílias

Em atenção ao convite do Papa Francisco para que todas as pessoas compartilhassem suas alegrias, feridas e intuições a respeito da sinodalidade, O Grupo

Interdiocesano Caminho Sinodal LGBTQIAP+ e Famílias realizou o presente relatório, em vista da preparação para o Sínodo 2023.

O material é produto de uma escuta realizada pelo grupo de pessoas católicas, sensíveis às questões vivenciadas por pessoas LGBTQIAP+ e suas famílias, pertencentes a diferentes dioceses e arquidioceses, sobre o caminhar dentro da Igreja. Ainda sob os efeitos da pandemia, a escuta foi realizada de forma virtual entre fevereiro e março de 2022.

Confira o relatório em ssb.org.br/biblioteca/



PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
imprensa@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Silvío Guterres

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichinieski
Ronilson Costa

Redação
Amanda Costa (4075/GO)
Mário Manzi (5157/GO)
Coletivo de Comunicação da CPT

Jornalistas responsáveis
Amanda Costa (4075/GO)
Mário Manzi (5157/GO)

Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.

Diagramação
Refile Editorial - Vinicius Pontes

Assinaturas
Anual R\$ 30,00
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 Operação 003 Conta/
DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000
0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
3.000 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO

Quatro anos do crime da Vale em Brumadinho

No dia 25 de janeiro completaram-se 4 anos do rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, que liberou 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos no Rio Paraopeba. O crime ceifou a vida de 272 pessoas e dois nascituros, sendo que três corpos ainda não foram encontrados. Embora executivos e funcionários da mineradora tenham sido denunciados por esse crime, quatro anos depois a justiça ainda não condenou nenhum responsável.

No dia 18 de janeiro, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, determinou que a justiça federal em Minas Gerais prossiga imediatamente com o processo penal sobre o rom-



Andressa Zumpano

Bombeiro no trabalho de resgate de vítimas em Brumadinho/MG

pimento, pois “há ‘risco iminente’ de prescrição de crimes ambientais descritos na peça de acusação, sendo que o prazo estabelecido é de 4 anos para parte das imputações da peça

acusatória”, prazo esse que terminou no dia 25 de janeiro.

No que diz respeito à reparação dos danos causados às comunidades afetadas pelo crime, a Vale segue no controle do processo, a partir de acordos junto ao Estado e ao Poder Judiciário, que negam aos atingidos a participação nos debates sobre as ações que os afetam diretamente. Neste contexto, entre as principais preocupações da população atingida estão: o atraso na reparação dos danos individuais causados pelo rompimento e os problemas relacionados à presença do rejeito que permanece no solo, no ar e na água da Bacia do Rio Paraopeba.

Fonte: MAB



Assessoria Ministério da Justiça

Representantes das organizações que compõem a Campanha

Campanha Contra Violência no Campo discute conflitos com Secretaria de Acesso à Justiça

Organizações que compõem a Campanha Contra a Violência no Campo e a Campanha a Vida por um Fio se reuniram, no dia 17 de fevereiro, com a recém-criada Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU), junto ao Ministério da Justiça do governo Lula. O objetivo foi estabelecer um canal de diálogo para prevenção, mediação e apuração de situações de conflitos no Brasil. A Secretaria, vinculada ao Ministério da Justiça, é comandada por Marivaldo Pereira, advogado popular, auditor fiscal e político do Distrito Federal.

Nesse sentido foram apresentadas as iniciativas de cada campanha, seus objetivos, a composição das principais ações desenvolvidas por cada uma e casos de violência acompanhados. A Campanha Contra a Violência no Campo deu destaque a dois casos acompanhados,

de Roncadorzinho (PE), com o assassinato do menino Jonatas Oliveira, e os assassinatos de lideranças da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), de Rondônia. Expôs, ainda, sobre a morosidade nas investigações e falta de punição para os responsáveis pelas ameaças e crimes contra comunidades e lideranças ameaçadas.

Após explanação das organizações, foram feitos os encaminhamentos em relação aos procedimentos a serem adotados nos casos de violência e continuidade do diálogo. Para tanto, a Secretaria sinalizou o “desejo de cumprir um papel de articulação sempre que possível” e solicitou às campanhas que, ao identificar e indicar casos concretos, apontem sugestões de ações para a SAJU.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CPT

18 anos do assassinato de Dorothy Stang

Em 12 de fevereiro completaram-se 18 anos do assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang. Ela foi morta com seis tiros, à queima-roupa, numa emboscada em uma estrada rural no município de Anapú, a quase 700 quilômetros de Belém, capital do Pará, em 2005.

O motivo da execução foi a atuação da missionária na luta pela regularização da terra para famílias de trabalhadores rurais e no combate à violência das invasões ao projeto por

grileiros, madeireiros e fazendeiros. Dorothy Stang era integrante da CPT e, em Anapu, liderou o primeiro projeto de desenvolvimento sustentável da região, o PDS Esperança.

Segundo o Ministério Público, a morte da missionária foi encomendada pelos fazendeiros Vitalmiro Bastos e Regivaldo Galvão. Amair Feijoli da Cunha, que teria sido pago por Viltamiro para executar a missionária, foi condenado a 18 anos de prisão como intermediário do crime.

Rayfran das Neves Sales, condenado a 27 anos de prisão por ser assassino confesso de Dorothy Stang, deixou o regime fechado para cumprir o restante da pena em prisão domiciliar em julho de 2013. Clodoaldo Carlos Batista, acusado de ser comparsa de Rayfran, foi condenado a 17 anos de prisão e deixou a Casa do Albergado, localizada em Belém, em fevereiro de 2011. Ele permanece foragido.

Fonte: Brasil de Fato

CONFLITOS

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Escalada de violência em Rondônia resulta em três assassinatos

As mortes ocorreram em acampamento organizado pela Liga dos Camponeses Pobres. Desde 2021, o número de assassinatos registrados no local chega a 11. A situação é considerada uma grave violação dos direitos humanos e organizações exigem atuação urgente da Polícia Federal

Mário Manzi

mario@cptnacional.org.br

* Com informações da CPT Regional Rondônia

Três camponeses foram assassinados no Acampamento Tiago Campin dos Santos, em Nova Mutum-Paraná, área rural de Porto Velho, em Ron-

dônia, desde o início do ano de 2023. A violência no estado, principalmente na região entre o distrito de Nova Mutum-Paraná e Nova Dimensão, no município de Nova Mamoré, tem se intensificado nos últimos dois anos.

O primeiro assassinato

ocorreu no dia 4 de janeiro, quando pistoleiros mataram Patrick Gasparini Cardoso, conhecido como Cacheado, que morava no Acampamento Tiago Campin dos Santos, organizado pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) em Rondônia. O camponês foi encontrado morto na fazenda NorBrasil, entre Nova Mutum-Paraná e Nova Dimensão.

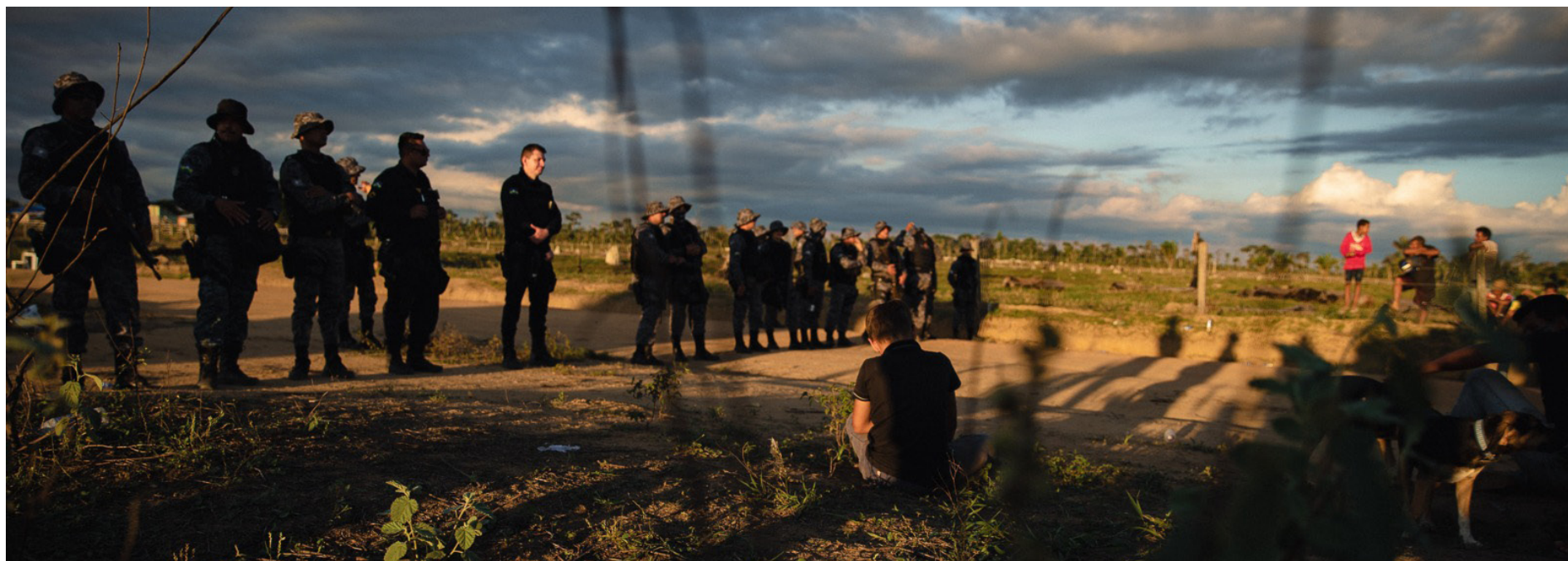
No dia 28 de janeiro, as forças de segurança do estado deflagraram uma operação de reintegração de posse do acampamento. Durante a

operação, os camponeses Raniel Barbosa (24) e Rodrigo Hawerth (34) foram executados.

O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT), registrou um total de 11 assassinatos de trabalhadores rurais apenas no Acampamento Tiago dos Santos entre 2021 e o início de 2023.

A situação de violência e ilegalidades supostamente praticadas por milicianos e autoridades públicas do estado de Rondônia é considerada

uma grave violação dos direitos humanos. Organizações exigiram, por meio de nota pública, em repúdio à escalada da violência no campo em Rondônia, uma atuação urgente da Polícia Federal nas investigações dos assassinatos ocorridos em 28 de janeiro de 2023, bem como nas investigações dos crimes praticados em datas anteriores. Segundo o documento, é necessário agir com celeridade para que esses crimes não fiquem impunes e a violência no estado de Rondônia seja combatida.



Andressa Zumpano

Ação da Força Nacional no Acampamento Tiago Campin dos Santos, organizado pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) em Rondônia.

MOVIMENTOS

8M

Mulheres em luta: regionais da CPT realizam ações no 8 de março

Entre denúncias de violências e anúncios de resistência, atividades foram realizadas em pelo menos dez estados

Amanda Costa

amanda@cptnacional.org.br

Todos os anos o mês de março instaura uma atmosfera de luta, resistência e mística das mulheres em suas reivindicações por direitos e justiça social. No 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, o caminho histórico trilhado pelas nossas ancestrais reverberou em ações espalhadas por várias regiões do país para comemorar a data e reforçar a importância de as mulheres, em especial camponesas, continuarem de pé contra as diversas formas de violências que atingem seus corpos-territórios.

As atividades ocorreram em diferentes regiões do país, e se dedicaram a ecoar o trabalho cotidiano das mulheres na agricultura familiar e camponesa, além de chamar a atenção para as desigualdades e violências que ainda enfrentam, fruto de uma sociedade forjada no patriarcado. Num diálogo campo-cidade, praças e ruas de municípios espalhados pelo Brasil foram palcos de marchas e atos públicos e também foram promovidos serviços sociais gratuitos, como atendimento psicológico.



Lara Tepety

Ato unificado das mulheres do campo e da cidade, em Maceió/AL

No Mato Grosso, Roraima, Minas Gerais e Alagoas, os regionais da CPT juntaram-se aos Acampamentos Pedagógicos e ações da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2023, com o lema: o agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e democracia, mulheres em resistência! A programação da Jornada nos estados, organizada em conjunto com outros movimentos, contou com rodas de conversa, apresentações culturais e atos públicos, constituindo um espaço formativo, de celebração e de construção de pautas econômicas e políticas na perspectiva do enfrentamento à fome e a destruição da natureza.

No Piauí, em Teresina, a CPT integrou a Jornada das

Mulheres do Campo Unitário em luta contra o agronegócio e as violências - Por direitos e alimentos! Durante três dias, de 6 a 8 de março, foram realizadas atividades de análise de conjuntura, audiência pública com o governador do estado, além de uma feira feminista da soberania alimentar e economia solidária. As feiras foram espaços essenciais para visibilizar a atuação das mulheres em seus territórios. Em Araguaína, a CPT Tocantins dedicou dois dias à IV Feira Formativa e Expositiva das produções da agricultura familiar e artesanais das mulheres camponesas tocantinenses.

Formação

A semana de luta das mulheres também contou com

ações formativas junto a comunidades acompanhadas. Ainda no Piauí, a CPT conduziu o encontro de formação “Agroecologia: harmonia com a mãe terra”, na comunidade Morrinhos, em Uruçuí/PI. Já a CPT Maranhão promoveu encontros no território Vivo, do Quilombo Bacuri, município de Santa Helena; e também no território Campestre, em Timbiras, os quais refletiram sobre a resistência das mulheres negras, políticas públicas e direitos conquistados ao longo dos anos.

No nordeste, a CPT Bahia participou do I Encontro de Mulheres do Cerrado do Oeste da Bahia, em Correntina, em parceria com organizações como Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN),

WWF, Cáritas, 10envolvimento, entre outras. O Encontro ocorreu em um contexto de profunda violência contra comunidades camponesas e tradicionais do município, acirrada desde o ano passado.

Marchas

Além das marchas realizadas no âmbito da Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, a CPT Goiás e a CPT Nordeste II participaram de marchas que marcaram o levantar de vozes das mulheres no dia 8. No Centro de Goiânia/GO, aconteceu a manifestação Mulheres Vivas Mudam o Mundo; em Mossoró/RN as mulheres fizeram um ato de lançamento da 7ª Marcha das Margaridas; e nos municípios de Itambé/PE e Sertão do Pajeú/PE, as ruas foram ocupadas pelo Ato pela Vida das Mulheres.

As ações da CPT para a celebração da data contribuíram para lembrar o caminho histórico percorrido pelas mulheres na luta por direitos e igualdade, e também para reforçar a importância da luta pelos direitos das mulheres, especialmente daquelas que vivem e trabalham no campo.

MOVIMENTOS

DIREITOS HUMANOS

Acordo de Cooperação é assinado entre CPT e Defensoria Pública da União

Solenidade de assinatura celebrou o desenvolvimento de ações conjuntas para o enfrentamento dos conflitos no campo e a defesa dos direitos de pessoas e comunidades na luta pela terra e território

Andressa Zumpano

Um Acordo Técnico de Cooperação entre a Defensoria Pública da União (DPU) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi assinado no dia 27 de janeiro e objetiva atuar diretamente em territórios e comunidades envolvidos em situação de conflitos no campo e que passam por litígios judiciais, demandando atuação efetiva do judiciário brasileiro.

A assinatura do Acordo Técnico de Cooperação (ACT) ocorreu em cerimônia solene na sala do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, em Brasília (DF), e contou com a participação de representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Secretaria de Acesso à Justiça, Conselho Nacional De Direitos Humanos (CNDH), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Con-

federação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), WWF, Cáritas Brasileira e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

O ACT desenvolverá ações conjuntas para a promoção da defesa dos direitos das pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade diante do aumento da violência no campo. Sendo assim, irá potencializar ações de modo a alertar o Estado acerca da urgência na implementação de direitos constitucionalmente consagrados como a Reforma Agrária, demarcação de terras indígenas, titulação de comunidades quilombolas e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Andréia Silvério, coordenadora da CPT Nacional, considera que “a assinatura do termo demarca a relação institucional entre a DPU e a CPT e demonstra a abertura da Defensoria para a participação da sociedade civil”. Sinaliza também uma “aproximação às comunidades que



Andressa Zumpano

Assinatura do Acordo Técnico de Cooperação (ACT) ocorreu durante solenidade em Brasília (DF)

nos últimos anos tem sofrido com o recrudescimento da violência e com o não reconhecimento de seus direitos pelo estado”.

Também serão constituídas missões conjuntas de monitoramento e verificação de denúncias referentes às violações de direitos em face de ações ou omissão de políticas públicas ou condições que exponham risco à territórios

em luta por terra e território. Tais ações serão fomentadas por meio do desenvolvimento de informes conjuntos de violações e atendimento de casos graves denunciados à Campanha Nacional contra a Violência no Campo.

Violência no Campo

A necessidade de atuação jurídica concreta em casos de conflitos agrários ocorre

diante do grave panorama de violência que atinge os povos do campo, das águas e florestas. Segundo dados parciais dos Conflitos no Campo 2022, somente no primeiro semestre do ano referido foram 759 ocorrências de conflitos, envolvendo 113.654 famílias. Neste ano também foram registrados 47 assassinatos em decorrência de conflitos no campo.

ROMARIA



Thomas Bauer - Arquivo CPT

© Thom

Em romaria, peregrinas e peregrinos demonstram fé e resistência em comunhão com os pobres da terra

Amanda Costa (Edição)
amanda@cptnacional.org.br

O início de 2023 foi marcado por duas importantes peregrinações: a 33ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas e a 45ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul. As Romarias da Terra e das Águas possuem uma longa tradição de luta pela terra, pela preservação do meio ambiente e pelos direitos dos povos, e representam um momento de renovação da fé, contra a exploração e a opressão.

33ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas

Com o tema “Ecologia Integral: cuidar dos pobres, da terra, das matas e das águas”, a 33ª Romaria da Terra e das

Águas ocorrida em Murici/AL, no dia 7 de janeiro, contou com mais de 20 caravanas vindas do Sertão, da Zona da Mata e do Litoral do estado, além de romeiros da Paraíba. Aproximadamente 1200 pessoas estiveram na caminhada.

A programação começou à noite, com a Santa Missa no Alto do Cruzeiro. Logo em seguida, os romeiros e romeiras partiram numa caminhada de 9km até o acampamento Bota Velha. No percurso, houve três paradas com momentos reflexivos sobre cada cuidado explícito no tema da edição.

Na primeira parada, “Cuidar dos Pobres”, a dirigente do MST, Margarida Maria (Magal), lembrou a solidariedade dos movimentos sociais e organizações de luta pela

terra durante a pandemia da Covid-19. No período de dois anos, o MST doou mais de 5 toneladas de alimentos em Alagoas, além de distribuir milhares de marmitas nas periferias.

A segunda parada foi marcada por uma ação da juventude camponesa, que fez uma encenação teatral sobre o “Cuidado com a terra”. A chegada ao destino foi marcada pela emoção do canto Migrante, de Zé Vicente. Ao nascer do sol, uma rede foi lançada no açude de Bota Velha e voltou com peixes, que foram devolvidos em seguida.

A 33ª Romaria da Terra e das Águas foi encerrada com a partilha de 5 pães e 2 peixes preparados pelas mulheres do assentamento, simbolizando a

FÊ

Romarias celebram o cuidado, a fé e a luta pela terra

Guiados pelo evangelho, mais de cinco mil peregrinos fizeram parte de duas romarias históricas, que marcaram os primeiros meses do ano

multiplicação dos pães e peixes realizada por Jesus.

45ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

A Romaria da Terra do Rio Grande do Sul reuniu cerca de quatro mil pessoas durante a terça-feira de Carnaval, 21 de fevereiro, no Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, Porto Alegre. “Terra e Pão: em defesa dos territórios e produção da vida” foi o tema desta que foi a primeira edição presencial após a pandemia.

Romeiros e romeiras de diferentes regiões do estado concentraram-se para a procissão em frente ao Santuário Nossa Senhora Medianeira. Por volta das 9h, partiram em uma caminhada de 3 km até

o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde foram recebidos por indígenas e assentados. Às 11h foi realizada uma missa, seguida de almoço e apresentações culturais.

Nos dois dias que antecederam a Romaria, o assentamento sediou o Acampamento dos Povos da Terra em Romaria, que reuniu cerca de 300 pessoas. Também recebeu o 14º Encontro em Memória de Sepé Tiaraju e na defesa da Mãe Terra, do povo indígena Mbyá Guarani. Tanto a Romaria quanto o encontro indígena divulgaram cartas ao final da atividade em que destacaram as principais demandas e reivindicações.

Fonte: CPTNE II e Brasil de Fato RS

SOLIDARIEDADE

Dai-lhes vós mesmos de comer: 'Fome' é

Cerimônia de lançamento da CF 2023 marca início da quaresma e convoca a população a refletir sobre o tema "Fraternidade e Fome"

Amanda Costa

amanda@cptnacional.org.br

* Com informações da CNBB e da Articulação das Pastorais do Campo

No país que é um dos maiores produtores de alimento do mundo, mais da metade da população brasileira passa por algum grau de insegurança alimentar. É o que revelou os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, obtidos entre novembro de 2021 e abril de 2022. No campo ou na cidade, os efeitos da pandemia e de uma não-política afetou drasticamente a vida das pessoas, e retirou a comida das mesas.

Nesse contexto de emergência, a Campanha da Fraternidade (CF), proposta todos os anos pelas Igrejas

Católicas do Brasil diante do chamado de Deus, convoca a população a trilhar um caminho de expressão de comunhão, conversão e partilha. Neste ano de 2023, pela terceira vez em sua história, a Campanha faz um chamado a todos e todas a considerarem a fome como referência para reflexão e propósito de conversão e traz luz ao tema "Fraternidade e Fome".

Sob essa enunciação e guiada pelo lema bíblico "Dai-lhes vós mesmo de comer!", a CF deu início ao período quaresmal e foi lançada oficialmente no dia 22 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília/DF. Como objetivo central, a Campanha propõe aos fiéis não ceder à cultura da indi-

ferença frente ao sofrimento humano, conforme pede o Papa Francisco, e fomenta ações de caridade e solidariedade para minimizar os impactos desta realidade na vida do povo brasileiro.

No Brasil, ainda de acordo com o Inquérito divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mais de 33 milhões de pessoas estão em situação de fome. O país volta novamente a aparecer no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), depois de uma década.

De acordo com Dom Joel, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "é nosso papel também cobrar por políticas públicas que tornem o país sem fome". O despertar do espírito cristão e comunitário do bem comum para

este caminho de conscientização e ação é orientado pela publicação de um Texto-Base, que se constitui como o principal material de estudo da Campanha da Fraternidade 2023.

O texto-base da Campanha propõe despertar o espírito de caridade e de compromisso que deve estar presente em todos que querem ser discípulos de Jesus. Em quatro capítulos distribuídos em 100 páginas, o leitor encontrará a oração, os objetivos geral e específicos e a letra do hino da CF 2023. O material é oferecido pela editora Edições CNBB e está disponível na versão impressa e digital no site www.edicoescnbb.com.br.

Fome de justiça social

Em sintonia com o tema e o lema da Campanha da Fraternidade 2023, entre os dias 27 de fevereiro e 01 de março, agentes de organizações que compõem a Articulação das Pastorais do



33 milhões
é o número de pessoas que
passam fome no Brasil



Quase **60%** das
famílias sofrem com a
insegurança alimentar



Depois de quase dez anos,
o Brasil retornou ao
Mapa da Fome da ONU

FRATERNIDADE

tema da Campanha da Fraternidade 2023

Campo se reuniram no Centro Cultural de Brasília (CCB), para formação em torno dos temas da soberania e da segurança alimentar e nutricional, questões desafiadoras para a vida dos povos do campo.

genas, comunidades tradicionais e comunicadores/as.

Desde a acolhida, as pastorais promoveram reflexões acerca da fome a partir da realidade de diferentes territórios e pautaram a importância da alimentação com dignidade a toda diversidade de povos do campo, das águas e das florestas. Foram apresentadas, portanto, desafios, relatos de preocupações, denúncias de expulsões e contaminação por agrotóxicos, além das lutas travadas diante da dificuldade do cultivo e consumo de alimentos saudáveis, que colocam os povos, já em vulnerabilidade social, em estado

de insegurança alimentar.

“A fome é doída, vemos muita terra e alimento, mas nem sempre adequadas. Muita coisa para poucos e pouca coisa para muitos. A fartura dos ricos e a pobreza dos povos. Nossa riqueza é o território, sem ele não somos nada. Peço ajuda de todos para lutarem conosco para alimentar todos”, expôs Abdias Pereira, do povo Xakriabá de Minas Gerais. A partilha das lideranças evidenciaram a violação ao direito à alimentação, as consequências de o país ter voltado ao mapa da fome e sobretudo o cuidado com a casa comum.

Ao final do encontro, os agentes das pastorais do campo divulgaram uma carta de esperança e compromisso com o tema da Campanha da Fraternidade. A mensagem ressalta a necessidade da construção coletiva de dispositivos para sanar a fome e melhorar as condições de vida dos povos e reforça o compromisso com a realização de ações concretas nas comunidades e atuação junto a órgãos do Estado comprometidos com a erradicação da fome.

A carta completa pode ser acessada no site da CPT Nacional.

A CNBB é uma das entidades que apoiam ações de soberania alimentar por meio das pastorais sociais que atuam junto a comunidades no Brasil para superação da fome.

Nesse sentido, estiveram presentes no encontro a Comissão Pastoral da Terra, a Cáritas Brasileira, o Conselho Indigenista Missionário, o Conselho Pastoral dos Pescadores, a Pastoral da Juventude Rural e o Serviço Pastoral dos Migrantes, além de representantes de povos indí-



Primeiro dia do encontro de formação das Articulação das Pastorais do Campo, em Brasília

Hugo de Lima

TRABALHO ESCRAVO

DENÚNCIA

CPT e ONG francesa ajuizam nova ação contra o banco BNP Paribas

Banco francês enfrenta nova demanda questionando o seu apoio à promoção do desmatamento, do trabalho escravo e de violações a direitos de

povos originários no Brasil

CPT e Notre Affaire à Tous

A CPT, e a associação francesa Notre Affaire à Tous (NAAT) apresentaram ao Tribunal de Justiça de

Paris, no mês de fevereiro, uma nova ação contra o banco BNP Paribas por prestar serviços financeiros, sem adequada vigilância, a empresas como a Marfrig, uma das maiores produtoras mundiais de carne. Fornecedores da Marfrig têm praticado atividades implicando em grave desmatamento na Amazônia, apropriação ilegal de terras situadas em territórios indígenas, e trabalho escravo.

As organizações alegam que o BNP Paribas tem violado a Lei Francesa do Dever de Vigilância, a qual exige que as empresas multinacionais presentes na França estabeleçam um plano que “inclua medidas razoáveis de vigilância para identificar riscos e prevenir graves vio-

lações a direitos humanos e a liberdades fundamentais, violações à saúde, à segurança pública e ao meio ambiente, que resultam das atividades da empresa e de empresas que ela controla”, seja na França ou no exterior.

“Para continuar a gerar seus lucros colossais, ao preço de graves violações - para as quais ativistas, mídia e grupos indígenas têm chamado nossa atenção nos últimos anos - a Marfrig tem pressionado para negar o acesso a informações sobre suas cadeias de abastecimento, recusando-se a monitorar seus fornecedores indiretos implicados em violações. Uma vigilância razoável não deveria permitir que o BNP tolere tal situação,” disse Xavier Plassat, da CPT.

De acordo com análise da ONG Center for Climate Crime Analysis (CCCA) sobre dois frigoríficos operados pela Marfrig entre 2009 e 2020, seus fornecedores podem ter sido responsáveis pelo desmatamento de mais de 120.000 hectares de floresta na Amazônia e no Cerrado durante esse período.

O setor da carne no Brasil é também conhecido pelas suas práticas de trabalho escravo. A Organização Internacional do Trabalho estima que esta atividade é responsável por 62% do trabalho escravo no país. A ONG Walk Free publicou em 2018 uma estimativa global segundo a qual o número de pessoas submetidas a trabalho escravo no Brasil é de 369.000.

Casos de violação de direitos são registrados em vinícolas do Rio Grande do Sul

Durante a safra da uva, em fevereiro, ocorreu um dos casos mais emblemáticos em fazendas do município de Bento Gonçalves. Nesse flagrante, 207 trabalhado-

res foram encontrados em condições degradantes de trabalho.

O caso ganhou destaque por conta das agressões que foram cometidas contra os trabalhadores. Eles relataram ter sido espancados, submetidos a cho-

ques elétricos, alvejados com balas de borracha e atacados com spray de pimenta. Além disso, foram forçados a trabalhar em jornadas exaustivas.

Esses trabalhadores haviam sido contratados pela

empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA, que prestava serviços para três grandes vinícolas da região: Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton.

AMAZÔNIA

AÇÕES EM REDE

Articulação das CPTs da Amazônia promove encontro ampliado no Acre

Entre os dias 7 e 9 de fevereiro, a articulação realizou uma reunião ampliada entre os regionais que constituem a articulação, com participação de assessores e da Coordenação Nacional da CPT

Mário Manzi

mario@cptnacional.org.br

O grande encontro foi sediado no Sítio da Congregação das Servas de Maria Reparadoras, na região metropolitana de Rio Branco (Acre), e teve como objetivos discutir e avaliar as estratégias desenvolvidas pela articulação.

Por que estamos aqui?

A pergunta que abriu as discussões do encontro contribuiu para reafirmar a importância

da articulação e para estimular a reflexão sobre a necessidade de unir esforços para enfrentar os desafios que se apresentam na região amazônica. A partir dessa reflexão, as e os participantes puderam discutir estratégias e ações para fortalecer a luta em defesa dos direitos das comunidades locais e para promover a preservação ambiental na região.

Chico Mendes

No encerramento do encontro, os participantes tive-



Mário Manzi

ram a oportunidade de discutir estratégias e ações para fortalecer a luta em defesa dos direitos das comunidades locais e para promover a preservação ambiental na região

ram a oportunidade de assistir a um vídeo de ngela Mendes, filha do líder seringueiro Chico Mendes e atual presidente do Comitê que atua em homenagem ao legado deixado por seu pai. O material foi enviado ex-

clusivamente para o encontro.

“Da semente plantada por Chico Mendes, nasce a luta por justiça e preservação, com a força da natureza e dos povos, seguimos em defesa da Amazônia.”

No dia seguinte ao encontro, as e os participantes tiveram a oportunidade de visitar a cidade de Chico Mendes, Xapuri. A cidade está situada a cerca de 190 quilômetros da capital do estado, Rio Branco (AC).

Países da Pan-Amazônia discutem segunda edição de Atlas de conflitos

Mário Manzi

mario@cptnacional.org.br

Representantes de Brasil, Colômbia, Bolívia e Peru estiveram reunidos entre os dias 27 e 29 de fevereiro em Bogotá, na Colômbia, para discutir a organização da segunda edição do Atlas. A expectativa é de que a publicação seja

lançada no próximo ano.

O Atlas, organizado pela CPT, é resultado de esforços conjuntos das organizações: CIPCA, Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa - Bolívia; Articulação das CPTs da Amazônia, Gruter-Unifap, Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas

- Brasil; Asociación Minga, Universidad de La Amazonia - Colômbia; Amazon Watch - Equador; IBC - Peru.

Durante a reunião, foram discutidos diversos pontos sobre a metodologia dos dados de conflitos socioterritoriais na Pan-Amazônia, a construção de mapas e as estratégias de lançamento. A segunda

edição do atlas promete trazer ainda mais dados e informações sobre os conflitos socio-territoriais na Amazônia, contribuindo para a compreensão do cenário na região e para o desenvolvimento de políticas públicas que visem a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos dos povos que habitam a região.

Equador

Após a rodada de reuniões em Bogotá, no dia 03 de março foi promovido um diálogo em Quito, Equador, entre representantes da Articulação das CPTs da Amazônia e da Repam-Ecuador. O objetivo foi propor parcerias e ações de colaboração para a próxima edição do Atlas.

MULHERES

Mulheres no Maranhão: interseccionalidades, violências e conflitos no campo

Antonia Calixto de Carvalho
Jaqueline Freitas Vaz
Linalva Cunha Cardoso Silva
Silmara Moraes dos Santos

A partir do acolhimento e sistematização das ocorrências de conflitos pela CPT-Maranhão, o regional se dedica à tentativa de aprofundar seu olhar e suas ações no que diz respeito aos debates sobre o aumento das violências dos conflitos no campo contra as diversidades. Ao mesmo tempo, busca construir caminhos que qualifiquem as formas de registrar as violências que atingem corpos racializados, feminilizados, dissidentes e diversos, considerando tais violências como de gênero, sobretudo por se tratarem de mulheres que têm se colocado à frente das lutas.

Fortalecer o diálogo sobre a problemática das violências que atingem mulheres em seus territórios nos faz resgatar o que aponta Butler (2022) em seu livro “Desfazendo gênero”, sobre a difícil realidade desfavorável às mulheres e a população LGBTQIAP+ como categorias mais afetadas. Para a autora, é importante que se desconstrua o conceito de gênero como único fator que incide sobre as violências e segregações. A conjuntura atual no Brasil das violências de gênero, fortalecidas na pandemia e no desmonte das políticas direcionada às mulheres nos

últimos quatro anos, mais uma vez nos chama à reflexão e ao enfrentamento através do trabalho pastoral nos territórios de escuta, presença, escrita e visibilidade.

Embora exista, em alguns casos, a violência física declarada, muitas delas envolvem práticas difamatórias e caluniosas (violência moral e psicológica), sobretudo contra a vida dessas mulheres e a reprodução de novas vidas, como é o caso da quilombola Ana Clara Cruz Martins, moradora do Território Quilombola Boa Hora 3/ Marmarona, no município de Alto Alegre/MA, quando na gestação de 7 meses teve a sua casa criminosamente incendiada por um fazendeiro no dia 18 de novembro de 2022.

Quando se fala da dimensão território-corpo-vida, compreende-se a necessidade de, na defesa de uma ecologia integral, pensar a defesa do território-corpo como o lugar a ser protegido e cuidado para a produção e reprodução da vida. A perspectiva Ecofeminista analisa como “mulheres” e “natureza”, palavras e realidades consideradas femininas, estiveram por séculos sob o domínio do império masculino (GEBARA, 1997). Nesse contexto, indica como rompermos, por meio de estratégias locais, com o ciclo de violências que envolve injúrias, desqualificação, calúnias e difamação que deixam marcas profundas,

provocam adoecimentos psicológicos, fragilizam e desmobilizam ações de resistência.

De acordo com a publicação Conflitos no Campo Brasil 2021, viver no campo sendo mulher e mulher negra é um fator de risco. Ameaça de morte, intimidação, humilhação são algumas das agressões sofridas, em que as mais recorrentes tiveram porcentagem de 31% no que tange ameaças de morte e 12% intimidações. São incluídos no conjunto de violações casos de aprisionamento, cárceres privado, morte em consequências, prisão e tentativa de assassinato. Já a humilhação manifestada pelo crime de racismo atingiu cerca de 40% das mulheres quilombolas.

Utilizando-se das análises da antropóloga Rita Laura Segato, a violência contra a mulher deve ser entendida por uma ótica muito mais ampliada, compreendendo o feminicídio como um problema que ultrapassa o gênero, ou seja, o reflexo de uma sociedade pautada na “pedagogia da crueldade” e que se estende ao corpo feminino, bem como sobre corpos feminizados e corpos passíveis de serem colonizados, conquistados, usurpados, domesticados, apropriados. Essa violência é regida pelo intenso patriarcado colonial moderno, com o objetivo de eternizar a soberania, o domínio, o poder, como prática de Estado, contra tudo o que o desestabili-



Comunidade Boa Hora 3

Mulheres de Boa Hora 3, após o primeiro crime de derrubada de roça

za (SEGATO, 2003).

As mulheres dos territórios em luta têm sido pautadas pela CPT-Maranhão com a mesma força emergente de suas ancestralidades frente aos marcadores sociais e corporais que as atingem no âmbito das violências de gênero, de classe e de raça, sobretudo por se tratarem de mulheres se colocam à frente das lutas em seus territórios.

Os registros sobre essa temática, embora não aprofundados, denotam que é necessário conhecer a realidade na qual ocorrem esses conflitos, bem como a origem étnica/racial e geracional que envolvem as subjetividades presentes tanto em quem sofre, mas também em quem opera as violências contra os povos e as comunidades tradicionais.

NUESTRA AMÉRICA

Peruanos exigem renúncia de Dina Boluarte



Um grupo de pessoas participa de uma vigília em homenagem a Rosalino Flores em frente ao Palácio da Justiça em Lima, Peru.

Moradores de Puno e de outras regiões do Peru seguem com intensas mobilizações exigindo a renúncia da presidente designada Dina Boluarte, como parte dos protestos que vêm ocorrendo no país andino há semanas.

As marchas e concentrações ocorreram em meio à repressão policial e à preocupação de diversas entidades internacionais pelo uso desproporcional da força, que causou dezenas de mortes desde os primeiros protestos em dezembro passado.

As organizações denunciavam que em 22 de fevereiro, um documento da Divisão de Segurança de Penais da PNP (Divsepen) criminalizou líderes e organizações sociais dos distritos de

Puno: Pomapata, Yunguta, Sepita, por decidirem protestar em Lima, afirmando que “provavelmente se reunirão com membros de diferentes grupos sindicais e coletivos de esquerda radical para coordenar atos de vandalismo na cidade capital, a fim de atacar e/ou destruir instalações estratégicas e ativos críticos nacionais”.

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos deu um prazo de 60 dias ao governo de Dina Boluarte para responder pelos abusos e graves violações aos direitos humanos cometidos em seus quase três meses à frente do Estado peruano.

Fonte: teleSUR

Mexicanos protestam contra mudança em órgão eleitoral

Enormes multidões se reuniram no México, no dia 26 de fevereiro, para condenar movimentos do governo de censurar a autoridade eleitoral como uma ameaça à democracia, no que parece ser o maior protesto, até agora, contra a administração do presidente Andrés Manuel Lopez Obrador.

O Congresso do México aprovou na quarta-feira, dia 22 de fevereiro, uma grande reforma do Instituto Nacional Eleitoral (INE), um órgão independente que Lopez Obrador atacou como corrupto e ineficiente.

Fonte: CNN Brasil



Manifestantes protestam contra reforma eleitoral na Cidade do México

Líder indígena é assassinado no Equador



Eduardo Mendúa era um líder A'i Kofan e dirigente de Relações Internacionais da Conaie

Segundo informações da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), o líder Eduardo Mendúa, da nacionalidade Kofán de Sucumbíos, foi executado no dia 26 de fevereiro, por homens encapuzados em sua casa. Mendúa era secretário de relações internacionais da CONAIE e foi morto por sua luta contra o extrativismo predatório na Amazônia equatoriana.

O presidente da CONAIE, Leonidas Iza, declarou: “Coisa terrível de acontecer depois do conselho ampliado do CONAIE”. O Estado, o governo e as empresas petrolíferas devem ser responsabilizados por este crime.” Mendúa é mais uma liderança indígena assassinada por lutar pelo direito à terra e por dignidade para os povos indígenas na Amazônia.

Fonte: Revista Movimento

PÁGINA BÍBLICA

REFLEXÃO

Na fonte da palavra

Evangelho de Mateus
Capítulo 13, versículos
13 a 21

"Tendo ouvido isso, Jesus retirou-se dali e foi, de barco, a um lugar deserto, à parte. Quando ficaram sabendo, as multidões saíram das cidades e o seguiram a pé. 14 Ao desembarcar, Jesus viu uma grande multidão. Encheu-se de compaixão por eles e curou os que estavam enfermos. Ao entardecer, os discípulos aproximaram-se dele e disseram: 'Este lugar é deserto e a hora já está adiantada. Despede as multidões para que possam ir aos povoados comprar comida!' 16 Jesus, porém, lhes disse: 'Eles não precisam ir embora. Dai-lhes vós mesmos de comer!' 17 Os discípulos responderam: 'Só temos aqui cinco pães e dois peixes.' 18 Ele disse: 'Trazei-os aqui.' 19 E mandou que as multidões se sentassem na relva. Então, tomou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos ao céu e pronunciou a bênção, partiu os pães e deu aos discípulos, e os discípulos os distribuíram às multidões. 20 Todos comeram e ficaram saciados, e dos pedaços que sobram recolheram ainda doze cestos cheios. Os que comeram foram mais ou menos cinco mil homens, sem contar mulheres e crianças" (Mt 14,13-21).

A partir desta edição, compartilharemos alguns trechos do texto base da Campanha da Fraternidade 2023, juntamente com análises bíblicas importantes

15. No coração de Jesus, jamais habitou a indiferença. O Papa Francisco nos ensina: "Jesus era assim: tinha sempre compaixão, pensava sempre nos outros. (...) Jesus se comove. Jesus não é insensível, não tem um coração enrijecido. Jesus é capaz de se comover. Sente-se ligado àquela multidão (...). A sua compaixão não é um sentimento indefinido; ao contrário, mostra toda a força da sua vontade de estar próximo de nós e de nos salvar. Jesus nos ama em grande medida e quer permanecer perto de nós. Ao cair da noite, Jesus se preocupa em dar de comer a todas aquelas pessoas, cansadas e famintas, e cuida de quantos o seguem. Ele quer que os seus discípulos se tornem partícipes disso. E por isto, diz-lhes: 'Dai-lhes vós mesmos de comer' (Mt 14,16). Assim demonstrou-lhes que os poucos pães e peixes que tinham, com a força da fé e da oração, podiam ser compartilhados com toda aquela multidão. (...) O Senhor vai ao encontro das necessidades dos homens, mas deseja tornar cada um de nós concretamente participantes da sua compaixão".

20. Compaixão significa um comover-se no mais profundo do ser - as vísceras ou entranhas - o que resulta em ação concreta de libertação. Não se trata de um mero sentimento, mas de ação libertadora. Por isso, Ele "curou os que estavam enfermos", isto é, todas as pessoas destinatárias privilegiadas da misericórdia de Deus: doentes, aflitas, pobres, abandonadas, exploradas. Como o Evangelho de Jesus é um pro-

grama que contempla a vida em todas as suas dimensões, essas classes de pessoas são as primeiras contempladas.

27. Este trecho do Evangelho mostra que a comunidade tem prioridades irrenunciáveis, como encontrar solução para o problema da fome, por exemplo. A comunidade não pode esperar ter condições viver necessárias para o programa do Reino, mas é ela mesma que tem que criar tais condições, encontrando dentro de si mesma a solução para os seus problemas, vencendo o egoísmo, a inveja, o orgulho e o desejo de poder: neste texto, a

ênfase do Evangelista é a necessidade de superar a fome de pão das pessoas necessitadas.

28. Depois desta experiência, nunca mais um discípulo de Jesus poderá dizer que não tem nada a ver com a fome, com a miséria, com as necessidades dos mais desfavorecidos. A nossa responsabilidade de seguidores de Jesus compromete-nos com a fome. Nenhum cristão pode dizer que não tem culpa pelo fato de 80% da humanidade ser obrigada a viver com apenas 20% dos recursos disponíveis. Nenhum cristão pode lavar as mãos quando se gastam em armas e extravagâncias recursos que deveriam estar ao serviço da saúde, da educação, da habitação, da construção de redes de saneamento básico... Nenhum cristão pode dormir tranquilo quando tantos homens e mulheres, depois de uma vida de trabalho, recebem aposentadorias miseráveis, que mal dão para pagar os remédios, enquanto se gastam quantias exorbitantes em obras de fachada que só servem para satisfazer o ego dos donos do mundo... Nós temos responsabilidades na forma como o mundo se constrói. Que podemos fazer para que o nosso mundo seja alicerçado sobre outros valores,"¹ aqueles que encontramos na fonte da Palavra?

Para ter acesso ao texto completo, é possível adquiri-lo por meio do site www.edicoescnbb.com.br



EXPERIÊNCIAS

DENÚNCIA

Vozes da terra: a luta contra os conflitos no campo no Sul do Pará

Agricultores/as compartilham relatos durante lançamento da Campanha Nacional Contra Violência no Campo em comunidades acompanhadas pela CPT em Xinguara/PA

CPT Xinguara

A Campanha Nacional Contra a Violência no Campo tem como um de seus objetivos enfrentar os conflitos no campo com ações e políticas de proteção às comunidades camponesas, tradicionais e originárias do campo, das águas e das florestas. Mais do que uma Campanha, este é um movimento coletivo que reúne pastorais e organizações diversas, e que tem se tornado um espaço de denúncia e instrumento de luta contra a intensificação da violência e da impunidade.

Compreendendo a importância desta pauta, sobretudo para os povos do campo, a equipe da CPT de Xinguara, no Sul Pará, realizou em fevereiro o lançamento da Campanha em visita às ocupações/comunidades acompanhadas, são elas: Futura, Gleba 490, Pontal e Santa Lúcia. O momento foi dedicado a destacar, junto aos agricultores e agricultoras, a importância deste espaço de denúncia e luta, assim como seus objetivos.

Durante a apresentação da iniciativa, a equipe fez os seguintes questionamentos aos



Fotos: Arquivo CPT Xinguara

Na ocasião, durante o dia passaram mais de 500 pessoas, dentre feirantes, visitantes e consumidores

grupos: O que consideram como formas de violência no campo? Já se sentiram vítimas destas ações? O que podemos fazer diante disto?

Diferentes foram as formas de violência relatadas, tais como: assassinatos; ameaças e perseguições; expulsão da terra; fechamento de escolas e postos de saúde; falta de manutenção nas estradas, interrompendo o escoamento da produção; pulverização aérea de agrotóxicos; avanço do garimpo e da soja, dentre outras. Como destaque, ter os seus direitos básicos como acesso à saúde e educação tolhidos por parte do poder municipal é mais uma forma de violência contra os trabalhadores rurais,

segundo os grupos ouvidos.

A Campanha Nacional Contra a Violência no Campo também busca demonstrar que a terra é fonte de vida. Partindo desta ideia, a ocupação Jane Júlia, com apoio da associação local e da CPT, realizou mais uma feira da agricultura familiar no município de Pau D'arco/PA no dia 12 de março de 2023, em comemoração do Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Durante o evento foi realizada uma panfletagem sobre a Campanha, além da montagem de uma pequena banca na feira em que os visitantes e feirantes puderam conhecer sua dimensão de atuação, seus objetivos e conversar com os

agentes. O espaço evidenciou para a população local que a valorização da agricultura familiar é uma das formas de enfrentamento à violência no campo.

Ao final do evento, em um gesto solidário de reafirmação do combate à fome e de fomento à paz no campo como uma das bandeiras da Reforma Agrária, os agricultores e agricultoras realizaram uma grande doação de alimentos para a paróquia local.

Em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas, e unidos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sul do Pará, é que lutamos e exigimos o fim da violência no campo!



Feira da Agricultura Familiar - Ocupação Jane Júlia, Pau Darco

GALERIA



21 de março

**DIA INTERNACIONAL DAS
florestas**

**O AMANHÃ DA
AMAZÔNIA
É AGORA**

